


CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO**CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO** CERTIFICA que a organização contábil identificada no presente documento encontra-se em situação **REGULAR** neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO	
	Certidão nº: 2020/063921	
	Nome: TATICCA AUDITORES INDEPENDENTES S.S. - EPP	
	Registro: SP-032267/O-1	CPF/CNPJ: 20.840.718/0001-01
	Validade: 26/10/2020	
	Finalidade: Atendimento à Lei 5.307/86 (Prestação de Contas)	


Confirme a veracidade deste documento no site www.crcsp.org.br, acessando a opção Consulta de Veracidade -> Certidões, mediante o número de controle a seguir:

Controle: 9811.0524.5224.6189

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO**CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação REGULAR neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO		
	Certidão nº: 2020/063920		
	Nome: ADERBAL ALFONSO HOPPE		
	Registro: SC-020036/O-8 T SP	Categoria: CONTADOR	CPF/CNPJ: 541.560.250-04
	Validade: 26/10/2020		
	Finalidade: Atendimento à Lei 5.307/86 (Prestação de Contas)		

Confirme a veracidade deste documento no site www.crcsp.org.br, acessando a opção Consulta de Veracidade -> Certidões, mediante o número de controle a seguir:

Controle: 5505.0524.5227.6085

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

8100-0

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

PROIBIDO PLASTIFICAR

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

B608-001203

CARTEIRA DE IDENTIDADE



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 55.526.534-1 DATA DE EXPEDIÇÃO 04/OUT/2011

ADERBAL ALFONSO HOPPE

ALFONSO HOPPE

E MARIA EVELINA HOPPE

FILIAÇÃO

NATURALIDADE PRESIDENTE GETULIO -SC 10/OUT/1969 DATA DE NASCIMENTO

DCC ORIGEM ITUPORANGA-SC ITUPORANGA

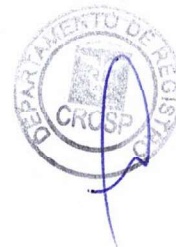
CC:LV.B010/FLS.0201/N.002924

CPF 541560250/04 PIS 12212021447

177 Delegado Divisionário

Roberto ASSINATURA DO DIRETORIA IIRGD/SSP/SP

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



**5ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
DA SOCIEDADE SIMPLES PURA DENOMINADA
TATICA AUDITORES INDEPENDENTES S.S.**

CNPJ/MF n.º 20.840.718/0001-01

Registro n.º 126.727

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas:

ADERBAL ALFONSO HOPPE, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador inscrito no CRC SC nº 020036/0-8 T-SP, portador da cédula de identidade RG n.º 55.526.534-1 SSP/SP e inscrito no CPF/MF n.º 541.560.250 04, residente e domiciliado à Avenida Nove de Julho, n.º 5.966 – Sala 21 – Jardim Paulista – São Paulo/SP – CEP 01406-200, e;

RICARDO MASSERA, brasileiro, solteiro, contador inscrito no CRC/PR sob o n.º 1PR 066.333/0-2, portador da cédula de identidade RG n.º 8.415.881-0 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob n.º 058.352.159-24, residente e domiciliado à Rua Guilherme Pugsley, n.º 1.188 – Apartamento 152 – Água Verde – Curitiba/PR – CEP 80620-000.

Na qualidade de **UNICOS** sócios representando a totalidade do capital social da sociedade simples pura, denominada **TATICA AUDITORES INDEPENDENTES S.S.** com sua sede na Avenida Nove de Julho, n.º 5.966 – Sala 21 – Jardim Paulista – São Paulo/SP – CEP 01406-200, com seu contrato de constituição registrado e microfilmado perante ao 2ª Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital – SP sob n.º 126.727 em sessão de 12 de agosto 2014, têm entre si, justos e contratados, alterar e consolidar o contrato social, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Neste ato, os sócios, resolvem alterar o endereço da sede social, passa ser à Rua Doutor Geraldo Campos Moreira, n.º 375 – Sala 51 – Cidade Monções – São Paulo/SP – CEP 04571-020.

CLÁUSULA SEGUNDA – Neste ato, altera-se o endereço residencial e domicílio do sócio, **ADERBAL ALFONSO HOPPE**, passa ser à Rua Doutor Geraldo Campos Moreira, n.º 375 – Sala 51 – Cidade Monções – São Paulo/SP – CEP 04571-020.

CLÁUSULA TERCEIRA – Resolvem as partes, neste ato, alterar os termos da sexta do contrato social, que trata da administração da sociedade, que passará a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA - *A administração da sociedade é exercida por ambos os sócios, sendo a representação feita pela assinatura conjunta ou isolada dos mesmos, representando a sociedade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, autorizados o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis pertencentes à sociedade, ficando, ainda, estabelecido que, para a contratação de obrigações superiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil) inferiores ao prazo de 1 (um) ano, os administradores deverão obter o prévio e expresso consentimento de 3/4 (três quartos) do capital social, sob pena de nulidade dos atos praticados.*

3m 3



Parágrafo Primeiro – Os sócios, representando o 2/3 (dois terços) do capital social, poderão constituir e destituir um ou mais administradores através de instrumento apartado, que deverá também ser averbado perante ao Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital e demais órgãos administrativos, podendo, ainda, serem designados administradores não sócios, desde que haja a aprovação pela unanimidade dos sócios, na forma do artigo 1.061 do Código Civil.

Parágrafo Segundo – São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à sociedade, os atos de qualquer dos sócios, administradores, procuradores ou funcionários que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados em reunião de sócios.

Parágrafo Terceiro – É vedado aos administradores fazer-se substituir no exercício de suas funções, sendo-lhes facultado, nos limites de seus poderes, constituir mandatários da sociedade, especificados no instrumento os atos e operações que poderão praticar.

CLÁUSULA QUARTA – Os sócios resolvem, neste ato, efetuar a consolidação do contrato social, tornando sem efeito, a partir desta data, as cláusulas do contrato social originário e nas alterações subsequentes, que passará a vigor em conformidade com a seguinte redação:

**CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE SIMPLES PURA DENOMINADA
TATICCA AUDITORES INDEPENDENTES S.S.**

CNPJ/MF n.º 20.840.718/0001-01

Registro n.º 126.727

ADERBAL ALFONSO HOPPE, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador inscrito no CRC SC nº 020036/0-8 T-SP, portador da cédula de identidade RG n.º 55.526.534-1 SSP/SP e inscrito no CPF/MF n.º 541.560.250 04, residente e domiciliado à Rua Doutor Geraldo Campos Moreira, n.º 375 – Sala 51 – Cidade Monções – São Paulo/SP – CEP 04571-020, e;

RICARDO MASSERA, brasileiro, solteiro, contador inscrito no CRC/PR sob o n.º 1PR 066.333/0-2, portador da cédula de identidade RG n.º 8.415.881-0 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob n.º 058.352.159-24, residente e domiciliado à Rua Guilherme Pugsley, n.º 1.188 – Apartamento 152 – Água Verde – Curitiba/PR – CEP 80620-000.

Na qualidade de **ÚNICOS** sócios da sociedade simples pura denominada **TATICCA AUDITORES INDEPENDENTES S.S.** cuja identificação e qualificação encontra-se no preâmbulo deste instrumento particular, resolvem consolidar as cláusulas do contrato social, de acordo com os seguintes termos:

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO SOCIAL E DURAÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA – A sociedade tem a denominação de **TATICCA AUDITORES INDEPENDENTES S.S.**

3m 3



CLÁUSULA SEGUNDA – A sociedade tem sede e domicílio à Rua Doutor Geraldo Campos Moreira, n.º 375 – Sala 51 – Cidade Monções – São Paulo/SP – CEP 04571-020, podendo, mediante deliberação dos sócios, representando a maioria do capital social, manter e encerrar filiais e escritórios em qualquer localidade do País.

CLÁUSULA TERCEIRA – O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

Parágrafo único: Serão observadas as normas legais do exercício profissional, cabendo a todos os sócios e diretores não sócios, o pleno exercício de suas funções com independência profissional, isentos a quaisquer injunções.

CLÁUSULA QUARTA – A sociedade tem por objeto social, prestação de serviços em consultoria e auditoria contábil e tributária, nos termos do artigo 25 do Decreto – Lei n.º 9.295 de 27 de maio de 1946 e resolução CRC 1.390/12, na qualidade de auditor independente, podendo ainda executar subsidiariamente outros serviços inerentes a profissão de contador, podendo também, prestar serviços de auditoria de natureza regulatória que exijam o registro da empresa ou de seu sócio na Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo único: Serão observadas as normas legais do exercício profissional, cabendo a todos os sócios o pleno exercício de suas funções com independência profissional, isentos a quaisquer injunções.

CAPÍTULO II **CAPITAL SOCIAL**

CLÁUSULA QUINTA – O capital social da sociedade é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), divididos e representados por 100.000 (cem mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritos e integralizados em moeda corrente nacional e distribuído entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR EM R\$	PORCENTAGEM
ADERBAL ALFONSO HOPPE	95.000	95.000,00	95,00%
RICARDO MASSERA	5.000	5.000,00	5,00%
TOTAL	100.000	100.000,00	100,00 %

Parágrafo primeiro: As quotas são indivisíveis em relação à sociedade e cada quota confere a seu titular o direito a um voto nas deliberações societárias.

Parágrafo segundo: A sociedade responsabilizar-se-á reparação de dano que causar a terceiros por culpa ou dolo no exercício da atividade profissional, e os sócios responderão, solidária e ilimitadamente por tais obrigações depois de esgotados os bens da sociedade.



CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO SOCIAL

CLÁUSULA SEXTA - A administração da sociedade é exercida por ambos os sócios, sendo a representação feita pela assinatura conjunta ou isolada dos mesmos, representando a sociedade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, autorizados o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis pertencentes à sociedade, ficando, ainda, estabelecido que, para a contratação de obrigações superiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil) inferiores ao prazo de 1 (um) ano, os administradores deverão obter o prévio e expresso consentimento de 3/4 (três quartos) do capital social, sob pena de nulidade dos atos praticados.

Parágrafo Primeiro – Os sócios, representando o 2/3 (dois terços) do capital social, poderão constituir e destituir um ou mais administradores através de instrumento apartado, que deverá também ser averbado perante ao Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital e demais órgãos administrativos, podendo, ainda, serem designados administradores não sócios, desde que haja a aprovação pela unanimidade dos sócios, na forma do artigo 1.061 do Código Civil.

Parágrafo Segundo – São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à sociedade, os atos de qualquer dos sócios, administradores, procuradores ou funcionários que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados em reunião de sócios.

Parágrafo Terceiro – É vedado aos administradores fazer-se substituir no exercício de suas funções, sendo-lhes facultado, nos limites de seus poderes, constituir mandatários da sociedade, especificados no instrumento os atos e operações que poderão praticar.

CLÁUSULA SÉTIMA – Pela efetiva prestação de serviço e no exercício da administração, os administradores terão direito a uma retirada mensal a título de pró-labore, cujo valor será determinado de comum acordo entre os sócios.

CLÁUSULA OITAVA – A entrada de novos sócios dependerá da aprovação dos sócios representando a maioria do capital social, sendo que nenhum sócio poderá ceder ou transferir qualquer de suas quotas a terceiros sem previamente oferecer ao outro sócio o direito de adquiri-las.

Parágrafo primeiro – O sócio que pretender ceder e transferir suas quotas, total ou parcialmente, a outro sócio ou a terceiros, deverá notificar, por escrito e com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, o outro sócio, o qual terá direito de preferência para adquiri-las, nas mesmas condições, devendo o sócio alienante informar o nome do interessado adquirente e todas as condições no negócio, sendo que o direito de preferência deverá ser exercido no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação (Art. 1.029).

3m 3



Parágrafo segundo – Se as quotas forem alienadas a terceiros, cuja condição profissional não for idêntica à do sócio alienante, o Contrato Social deverá ser alterado para cumprimento das restrições previstas pelo Artigo 25, do Decreto Lei n.º 9.295/46, assim como, a modificação do objeto social e da responsabilidade técnica.

Parágrafo terceiro – O exercício, por parte do outro sócio, quanto ao direito de preferência no prazo fixado no parágrafo primeiro, permitirá que o sócio alienante efetue a transferência das quotas oferecidas, observando-se, contudo, que o adquirente terá que ser obrigatoriamente contabilista ou profissional de outra profissão regulamentada, com registro no seu respectivo órgão de fiscalização. (Resolução CFC n.º 1.098/07).

CAPÍTULO IV **DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS**

CLÁUSULA NONA – As deliberações dos sócios serão tomadas, exclusivamente, em reuniões de sócios ou em alterações contratuais. As deliberações tomadas em reuniões de sócios deverão ser formalizadas em Ata própria devidamente assinadas por todos os sócios.

Parágrafo primeiro – Os sócios reunir-se-ão sempre que necessário, mediante convocação de qualquer dos sócio, realizada por carta registrada com aviso de recebimento, com oito dias de antecedência, especificando o dia e local da reunião, bem como a ordem do dia, somente serão tratados na reunião os assuntos constates na ordem do dia, a que todos os sócios concordem de maneira diversa.

Parágrafo segundo – Dispensadas as formalidades de convocação da reunião quando todos os sócios, comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia da reunião.

Parágrafo terceiro – Para que possa instalar as reuniões, faz se necessário a presença de sócios representando, no mínimo, a maioria do capital social.

Parágrafo quarto – As deliberações sociais serão efetuadas em atendimento ao Art. 1.071 sendo tomadas em observância aos limites mínimos de votos estabelecidos no Art. 1.076 do Código Civil.

Parágrafo quinto – Qualquer dos sócios poderá ser representado, quer em reunião ou em alteração contratual por procurador.

Parágrafo sexto – As reuniões dos sócios são disponíveis quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria e ela sujeita.

CAPÍTULO V **DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

CLÁUSULA DÉCIMA – A responsabilidade técnica pela execução dos serviços profissionais prestados pela sociedade, de acordo com os objetivos sociais, estará distribuída entre os sócios (Resolução CFC n.º 560/83).



Parágrafo primeiro: Aderbal Alfonso Hoppe e Ricardo Massera. Esses sócios poderão exercer a função de responsável técnico da sociedade em auditorias de companhias abertas e demais entidades integrantes do mercado de valores mobiliários, podendo emitir e assinar relatórios de auditoria relacionados a entidades no âmbito do mercado de valores mobiliários, submetidos a regularização e fiscalização da CVM (Resolução CRC n.º 560/82).

Parágrafo segundo: A responsabilidade técnica pela execução dos serviços profissionais prestados pela sociedade, de acordo com os objetivos sociais, para companhias de capital fechado e demais entidades não integrantes do mercado de valores mobiliários e não submetida a regularização e fiscalização da CVM estará distribuída entre todos sócios.

Parágrafo terceiro: Constituído procurador, conforme previsão da cláusula sexta deste instrumento, este poderá exercer a responsabilidade técnica pela sociedade, desde que atendido os preceitos do artigo 25 do Decreto Lei n.º 9.295/46, bem como, após comunicação imediata ao Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO VI **DO EXERCÍCIO SOCIAL**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se em 01 de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano calendário, quando os administradores prestação contas justificadas da administração, procedendo, ainda, com a elaboração do inventário, do balanço patrimonial, da demonstração do resultado econômico e das demais demonstrações contábeis requeridas por lei.

Parágrafo primeiro: Após as deduções e amortizações legais do lucro líquido, o saldo deverá ser distribuído entre os quotistas proporcionalmente ao respectivo número de quotas ou creditado na conta de lucros acumulados, a critério dos quotistas representando o total do capital social. Outrossim poderão os quotistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º da Lei n.º 9.249 de 26 de dezembro de 1995, ou ainda destinar o lucro de qualquer outra forma, conforme os interesses da Sociedade.

Parágrafo segundo: Assim como o saldo positivo deverá ser distribuído entre os quotistas, os prejuízos quando apurados, também deverão ser suportados na mesma proporção da participação societária de cada quotista.

Parágrafo terceiro: Os quotistas serão obrigados a reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, ainda que autorizadas por este contrato, quando tais lucros ou quantias se distribuírem com prejuízo do capital.

Parágrafo quarto: Poderão ser levantados, a critério dos sócios e quotistas, representando o total do capital social, em qualquer época, balanços patrimoniais intermediários, para fins de distribuição ou capitalização de lucros ou para pagamento de juros sobre capital.



Parágrafo quinto: O lucro, por deliberação, poderá ser mantido em conta de reserva para posterior aumento do capital social ou para futura distribuição. Em caso de retirada de sócio ou dissolução da sociedade as reservas de lucro deverão ser utilizadas para aumentar o capital social, que será base para o cálculo do valor de cota a ser reembolsado ao cotista retirante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Os lucros líquidos apurados terão o destino que os sócios representando a maioria do capital social deliberarem, independentemente da participação societária.

Parágrafo único: A sociedade poderá também distribuir lucros apurados, observadas as limitações legais, e ainda distribuir lucros com base nos lucros acumulados ou reserva de lucros apurados em balanços mensais.

CAPÍTULO VII **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Em caso de liquidação da sociedade, será o liquidante escolhido pelos sócios representando a maioria do capital social. Nessa hipótese, os haveres da sociedade serão empregados na liquidação das obrigações e o remanescente, se houver, será rateado entre os sócios observando se a proporção do número de quotas de cada um possuir.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – A retirada, exclusão, falecimento ou interdição de um dos sócios, não dissolverá a sociedade, que prosseguirá com os sócios remanescentes, sendo sua participação societária, calculada de acordo com o critério estabelecido nesta cláusula, será paga aos seus herdeiros ou ao seu espólio, em 24 (vinte e quatro) prestações mensais, iguais e sucessivas, corrigidas monetariamente, sem juros, vencendo-se a primeira em 60 (sessenta) dias após o falecimento, podendo os sócios remanescentes deliberarem por um prazo menor.

Parágrafo primeiro: O valor da participação societária do sócio falecido será calculado por meio de um balanço extraordinário levantando no último dia do mês imediatamente anterior ao falecimento, a fim de se apurar o valor patrimonial contábil da sociedade e todas as contas correspondentes ao respectivo sócio.

Parágrafo segundo: Nos casos previstos pelo “caput” desta cláusula, somente poderão ingressar na sociedade, profissionais que atendam às exigências previstas na legislação pertinente as organizações contábeis. (Resolução CFC n.º 868/99).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Os sócios administradores declaram (I) não estarem impedidos de exercer o cargo por lei especial; (II) não terem sido condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou crime falimentar, suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Todo e qualquer litígio oriundo desde contrato, seja entre os sócios, seja entre o sócio e a sociedade, mesmo durante a fase de liquidação, deve ser submetido ao Juízo Arbitral, conforme os dispostos da Lei 9.307/96, vedado o recurso à equidade.

3m 3



Parágrafo Único: Para as controvérsias que forem incompatíveis de serem solucionadas pelo procedimento arbitral, por não versarem sobre direitos patrimoniais disponíveis, fica eleito no foro do Município de São Paulo, Estado de São Paulo, renunciado expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. O foro ora eleito também será competente para o processamento e a execução da sentença arbitral.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, na presença de 2 (duas) testemunhas, para os devidos fins de direito.

São Paulo, 19 de agosto de 2019.

SOCIOS

CARTÓRIO PÚBLICO
300 TABELÃO

Aderbal Alfonso Hoppe

CARTÓRIO PÚBLICO
300 TABELÃO

Ricardo Massera

TESTEMUNHAS

Lucas Cordeiro de Souza
RG n.º 48.251.652 SSP/SP

Sonia Claudia Cavalcante Gonçalves
RG n.º 52.821.750-1 SSP/SP

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO

O presente instrumento, prenotado, está em consonância com a legislação da profissão contábil e com o Provimento nº 16, de 13.11.1984 da CGJ-SP, item 18 do Cap. XVIII. Sem prejuízo, deverão ser observadas as demais exigências legais cuja conferência e responsabilidade ficam a cargo exclusivo do órgão competente para registro e arquivamento. Dentro do prazo de 30 (trinta) dias do recebimento deste, deverão ser encaminhadas por V. Sª ao CRC SP uma cópia autenticada do instrumento averbado e CNPJ atualizado para o efetivo registro neste órgão. O não atendimento no prazo acima acarretará o arquivamento do pedido e para uma nova solicitação deverão ser recolhidos novos emolumentos.

São Paulo, 18 de novembro de 2019.

MARCELO MIYAGUI
Chefe do Departamento de Registro

B CARTÓRIO BLASCO 30º TABELÃO DE NOTAS
30º TABELÃO DE NOTAS DA COMARCA DA CAPITAL - SP
Fernando Domingos Carvalho Blasco

Av. Cidade Jardim, 377 - Itaim Bibi
111 3881-5050
www.cartorioblasco.com.br

Reconheço, por Semelhança, as firmas de: (1) ADERBAL ALFONSO HOPPE e (1) RICARDO MASSERA, com valor econômico.
São Paulo, 02 de outubro de 2019.
Em testemunho da verdade.

REGIANE NASCIMENTO ELOI - Escrevente Valido - Total: R\$ 19,00
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
Selo(s): 2 Atos.A4-D144587**

CARTÓRIO BLASCO
São Paulo SP
Cartório Notarial
CNPJ nº 06.940.113/0001-90
113217
RIMA
VALOR ECONÔMICO 2
C21069AA0144587



**2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo**

Oficial: Gentil Domingues dos Santos

Rua Senador Paulo Egídio, 72 cj.110 - Sé
Tel.: (11) 3101-5631 - Email: registro@2rtd.com.br - Site:

**REGISTRO PARA FINS DE
PUBLICIDADE E EFICÁCIA CONTRA TERCEIROS**

Nº 152.071 de 21/01/2020

Certifico e dou fé que o documento em papel, contendo **12 (doze) páginas**, foi apresentado em 15/01/2020, o qual foi protocolado sob nº 165.942, tendo sido registrado sob nº **152.071** e averbado no registro nº 126.727 no Livro de Registro A deste 2º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo, na presente data.

Apresentante

TATICA AUDITORES INDEPENDENTES S/S. EPP.

Natureza:

NOVO CONTRATO SOCIAL

São Paulo, 21 de janeiro de 2020


Cristiano Pontes Silva
Escrevente Autorizado

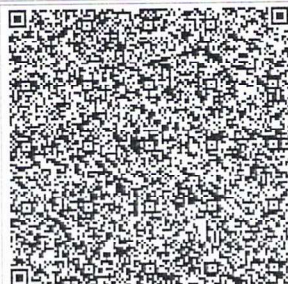
Este certificado é parte **integrante e inseparável** do registro do documento acima descrito.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça
R\$ 92,23	R\$ 26,22	R\$ 17,94	R\$ 4,85	R\$ 6,33
Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 4,43	R\$ 1,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 153,93



Para verificar o conteúdo integral do documento, acesse o site:
servicos.cdtsp.com.br/validarregistro
e informe a chave abaixo ou utilize um leitor de qr code.

00180958481285122



Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico:

<https://selodigital.tjsp.jus.br>

Selo Digital
1126494PJDD000002736BE20S



CVM Comissão de Valores Mobiliários
Protegendo quem investe no futuro do Brasil

ATO DECLARATÓRIO CVM Nº 15.130, DE 29 DE JULHO DE 2016

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM Nº 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do artigo 12 das Normas contidas na Instrução CVM Nº 308, de 14 de maio de 1999, declara **REGISTRADO** na Comissão de Valores Mobiliários, a partir de 30/03/2016, com a nova denominação social e autorizado a exercer a atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, de acordo com as Leis Nºs 6385/76 e 6404/76, o Auditor Independente a seguir referido:


Auditor Independente - Pessoa Jurídica

Nova Denominação Social

**TATICCA AUDITORES
INDEPENDENTES S.S. - EPP
CNPJ: 20.840.718/0001-01**

Anterior Denominação Social

**NK AUDITORES
INDEPENDENTES
CNPJ: 20.840.718/0001-01**


José Carlos Bezerra da Silva
SUPERINTENDENTE DE NORMAS CONTÁBEIS
E DE AUDITORIA





COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

TATICCA AUDITORES INDEPENDENTES S.S. - EPP

CNPJ : 20.840.718/0001-01

Ressalvado o direito de a Comissão de Valores Mobiliários cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que, nesta data:

1. não constam débitos inscritos em Dívida Ativa da Comissão de Valores Mobiliários - CVM;
2. não constam pendências notificadas do contribuinte perante a Superintendência Administrativo-Financeira desta Autarquia.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito da Comissão de Valores Mobiliários.

Válida até : 22/01/2021

Número de controle da certidão : 125/2020

ATENÇÃO: QUALQUER RASURA OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO



Documento assinado eletronicamente por **Darcy Carlos de Souza Oliveira, Superintendente Administrativo-Financeiro**, em 04/08/2020, às 10:20, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cvm.gov.br/conferir_autenticidade, informando o código verificador **1060116** e o código CRC **14246586**.

*This document's authenticity can be verified by accessing https://sei.cvm.gov.br/conferir_autenticidade, and typing the "Código Verificador" **1060116** and the "Código CRC" **14246586**.*

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS DO AUDITOR TATICCA AUDITORES INDEPENDENTES S.S. - EPP

ADERBAL ALFONSO HOPPE

CPF do Responsável : 541.560.250-04

CRC : SC-020036/O-8 T-SP

Data Início : 03/11/2014

[Fale com a CVM](#)

Aviso Legal: A fim de preservar a disponibilidade das informações ao público em geral, este serviço possui limites de acessos simultâneos e quantidade de consultas ao site em um determinado período de tempo. Caso seja percebido algum tipo de bloqueio, o intervalo entre as consultas deve ser ampliado.